



Nova manifestação será realizada na primeira quinzena de setembro

Servidores cobram isonomia salarial no Executivo Federal

Servidores federais realizaram na terça-feira (18) o segundo ato em frente ao Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), em Brasília, para cobrar medidas de isonomia salarial entre carreiras do Executivo. A mobilização reuniu representantes de órgãos e categorias que ficaram fora dos reajustes previstos na Lei nº 15.367/2026. Entre os participantes estavam servidores da Abin, Conab, Ibama, Incra e MGI, além de aposentados, pensionistas e anistiados. O Sindsep-DF e a Condsef/Fenadsef reivindicam recursos no Orçamento de 2027 para corrigir diferenças salariais entre carreiras com atribuições semelhantes. As entidades afirmam que a legislação ampliou desigualdades ao não contemplar parte dos servidores administrativos e diversas carreiras de nível superior. Um novo ato está previsto para a primeira quinzena de setembro, ainda sem data definida.

Servidores do IBGE iniciam greve na BA e no RJ

Servidores do IBGE iniciaram greve contra medidas da gestão de Márcio Pochmann. Segundo a Assibge, três unidades aderiram: o núcleo da Bahia, a sede e a superintendência no Rio. Na Bahia, cerca de 40% do efetivo está parado. Outras oito unidades estão em estado de greve. O sindicato questiona mudanças na remuneração de agentes de coleta, no regime de trabalho e na progressão de carreira. O IBGE afirma que segue funcionando e mantém diálogo com os servidores.



Sindicato aponta tratamento diferenciado entre servidores

TCDF abre concurso com 10 vagas

Começam no dia 26 de agosto as inscrições para o concurso do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), que oferece 10 vagas para Analista Administrativo de Controle Externo, na área de Gestão. O cargo exige nível superior em qualquer área e tem remuneração inicial de R\$ 14.990,41. As inscrições seguem até 17 de setembro, pelo site do Cebbraspe, com taxa de R\$ 148. A seleção terá provas objetivas e discursiva, previstas para 22 de novembro. O concurso terá validade de dois anos, prorrogável por igual período.

Governo do Rio já exonerou 5.950 comissionados

O número de servidores comissionados exonerados pelo Governo do Rio chegou a 5.950 entre 24 de março e 18 de agosto, segundo o Palácio Guanabara. No período, 2.368 foram nomeados, diferença de 3.582 cargos a menos. O governo estima economia de R\$ 280 milhões até o fim do ano e afirma que novas exonerações ocorrerão após as auditorias. Parte dos desligados ainda não utilizava sistemas do Estado.

Servidores BC I

Servidores do Banco Central mantinham um grupo de WhatsApp com Daniel Vercaro, dono do Banco Master, para tratar de assuntos relacionados à fiscalização da instituição. Segundo a Polícia Federal, integrantes do grupo compartilhavam informações internas sobre documentos, reuniões e procedimentos do BC, que poderiam antecipar ações do órgão.

Servidores BC II

As conversas também teriam permitido ao banqueiro acompanhar de perto movimentações da fiscalização do Banco Central. De acordo com a investigação, servidores repassavam dados sobre procedimentos e demandas da autarquia. A suspeita é de que as informações tenham sido usadas para orientar a atuação do banco diante do órgão regulador.

Paralisação Detran-RJ

Servidores do Detran-RJ fizeram paralisação na quarta (19) e farão nesta quinta (20), convocada pelo Sindetran-RJ. A categoria cobra o cumprimento de direitos previstos em acordo judicial firmado no dissídio de 2022 e melhores condições de trabalho. O órgão afirma que manterá 30% do atendimento para reduzir os impactos aos usuários para os usuários.

Servidores da USP I

A Universidade de São Paulo (USP) vai iniciar, ainda no mês de agosto, o segundo ciclo de avaliação de desempenho dos quase 13 mil servidores técnicos e administrativos. O processo será realizado a cada dois anos e terá autoavaliação, avaliação de pares e análise pelas chefias. Em 2024, 11.983 servidores participaram da primeira edição.

Servidores da USP II

Neste ciclo, a USP fará ajustes no modelo, com formulários mais sintéticos e relatórios para ajudar as unidades a definir prioridades. As chefias também deverão realizar “diálogos de desenvolvimento” com os servidores. Os Planos de Desempenho Individual feitos em 2024 serão reavaliados, e haverá cursos de capacitação.

Concurso da UEMG

A Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) discutiu a nomeação de aprovados no concurso da Universidade Estadual de Minas Gerais (Uemg). Ao todo, 178 pessoas aguardam convocação, sendo 79 para cargos de nível médio e 99 de nível superior. O resultado foi homologado há dois meses.



Proposta é de autoria do deputado federal Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

Uso de milhas das viagens de servidores pagas pela União

Proposta prevê que pontos gerados sejam destinados ao patrimônio público

Da Redação

O deputado federal Ricardo Ayres (Republicanos-TO) apresentou o Projeto de Lei 5.096/2026, que estabelece que milhas, pontos, créditos e outros benefícios de programas de fidelidade gerados pela compra de passagens aéreas custeadas, total ou parcialmente, com recursos da União pertençam ao patrimônio público.

Pelo texto, os benefícios deverão ser direcionados a uma conta institucional administrada pelo órgão competente da Administração Pública Federal. O projeto proíbe que milhas geradas por viagens pagas com recursos federais sejam creditadas em contas pessoais de agentes públicos ou de terceiros.

As milhas acumuladas poderão ser utilizadas para a compra de novas passagens destinadas ao serviço público ou para outras finalidades de interesse da Administração, observadas as regras de transparência e controle previstas para os recursos públicos.

A proposta também determina que editais, contratos e demais instrumentos utilizados na aquisição de passagens aéreas pelo governo federal estabeleçam, sempre que houver possibilidade técnica, que as milhas sejam creditadas em conta institucional da União. Os

documentos também deverão prever que passagens emitidas com recursos públicos não gerem pontos qualificáveis, trechos qualificáveis ou outros benefícios destinados à obtenção ou elevação de categoria em programas de fidelidade por pessoas físicas.

Quando não for possível cumprir essas regras por razões técnicas, o Poder Executivo deverá adotar mecanismos contratuais ou operacionais para impedir que os benefícios sejam apropriados de forma privada.

Na justificativa, Ayres afirma que servidores, militares, membros de Poder e outros agentes públicos podem acumular, em contas pessoais, milhas decorrentes de viagens realizadas a serviço e custeadas pelo poder público, mas a proposta busca impedir que esses benefícios sejam utilizados para fins particulares.

O texto também cita o Projeto de Lei 6.483/2025, do deputado Lucas Abrahão (Rede-AP), que cria a Política Nacional de Milhas Públicas. Ayres afirma que os dois projetos tratam do mesmo tema e que a Mesa da Câmara poderá avaliar a tramitação conjunta das propostas.

O projeto aguarda despacho da Mesa Diretora para começar a tramitar nas Comissões da Casa.